

PORTE PAGO
DR/SP
ISR — 40 — 3051/81



DIÁRIO OFICIAL

DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

ANO 37

SÃO PAULO — QUINTA-FEIRA, 15 DE OUTUBRO DE 1992

NÚMERO 195

GABINETE DO PREFEITO

Pav. Padre Manoel da Nóbrega — Pq. Ibirapuera — PABX: 549-0055

Aos que fazem conosco a Educação Pública de Qualidade em São Paulo

"Sempre quis ser médico, hoje quero ser professor.

Serei um professor diferente: vou valorizar o grupo, e não indivíduos isolados; vou tentar dar-lhes uma visão de mundo mais abrangente, não quero me deter muito em fórmulas prontas. Acho que cada professor deve criar o próprio método de trabalho, porque cada aluno é diferente e cada grupo é diferente. E, principalmente, vou ensinar aos meus alunos que ler é importante, porque nos humaniza, nos emociona, nos comove. E quem tem coragem de chorar é porque está vivo, porque pulsa, porque vibra. Quem sabe chorar também sabe explodir de alegria. O pior homem do mundo é o indiferente, porque o seu coração é um deserto, e no deserto não nascem flores."

Charles Kiefer

Esta não é uma mensagem formal ou protocolar para o Dia dos Professores. Ela é dirigida com a mesma sinceridade, confiança e esperança que tem animado os nossos sonhos e o nosso trabalho conjunto nestes quatro anos.

O dia do professor é momento para avaliar, repensar, para nos confraternizarmos, felicitar e para homenagear.

Homenagear aqueles que, juntamente com funcionários, pais e alunos, tem construído a educação pública de qualidade na cidade de São Paulo.

Queremos lembrar com vocês a história destes quatro anos, procedimento necessário nesse nosso país tão marcado pela negação da história, onde alguns apartam os fatos de seu processo - como forma de dominação -, difundem idéias através de técnicas de marketing político e fazem milhares acreditarem em ideais que atendem as necessidades de poucos. Temos a convicção de que não serão alguns slogans ociosos, apresentados de forma mágica e paternalista, que transformarão a dura realidade de nosso povo. O processo de transformação das condições de vida e cidadania em São Paulo e em todo país exige vontade política, seriedade e um projeto que inclua, como um de seus eixos norteadores, o poder de interferência e decisão da população. Dividir o poder de pensar, elaborar e decidir requer sistematicamente a socialização de informações e a capacidade de conviver e experimentar as tensões e contradições inerentes à democracia. Isto só não acontece quando o autoritarismo impera e mata a riqueza e as dificuldades próprias de qualquer processo que tenha a participação como pressuposto.

Num momento de crise social tão aguda, em que a sociedade brasileira tem demonstrado sua profunda disposição de recuperar a ética como marca da ação política e combater a miséria como decorrência da política econômica, é fundamental estar atento a postura dos "salvadores da pátria" que buscam catalizar para si as soluções de todos os problemas a partir de emblemas e fazer crer que eles, do alto de sua arrogância, resolverão todas as dificuldades. Não é verdade; a solução e a transformação depende da vontade, das propostas, da honestidade e da competência dos governantes, mas também do quanto a sociedade toma nas próprias mãos o seu destino a partir de sua auto-organização.

Por isso, insistimos; recuperar nossa história comum é fundamental.

Em 1º de fevereiro de 1989, dirigíamos, através de suplemento no Diário Oficial, documento "Aos que fazem a educação conosco em São Paulo" no qual se afirmava:

"...Nessas condições é muito difícil realizar uma escola que

encare o ato de ensinar e de aprender como um ato prazeroso. Ao assumir esta Secretaria estamos cientes, contudo, de que é preciso partir dessa realidade para realizar a escola com que sonhamos. Só que não vamos fazer isso sozinhos. Pretendemos mostrar a todos os que hoje estão envolvidos com a educação no município de São Paulo que, juntos, podemos mudá-la construindo uma escola bonita, voltada para a formação social, crítica e para uma sociedade democrática (...)

Encontramos muito medo, desconfiança e indiferença. A estes sentimentos oporemos ousadia.

Procuraremos restabelecer integralmente a liberdade de expressão e de organização como os elementos constitutivos essenciais da democracia e, conseqüentemente, de uma política educacional que vise à construção de uma escola pública de qualidade (...)

Não devemos chamar o povo à escola para receber instruções, postulados, receitas, ameaças, repreensões e punições, mas para participar coletivamente da construção de um saber

Não devemos chamar o povo à escola para receber instruções, postulados, receitas, ameaças, repreensões e punições, mas para participar coletivamente da construção de um saber, que vai além do saber de pura experiência feito, que leva em conta as suas necessidades e o torne instrumento de luta, possibilitando-lhe transformar-se em sujeito de sua própria história. A participação popular na criação da cultura e da educação rompe com a tradição de que só a elite é competente e sabe quais são as necessidades e interesses de toda a sociedade.

A escola deve ser também um centro irradiador da cultura popular, à disposição da comunidade, não para consumi-la mas para criá-la."

Tal orientação filosófica e programática demandou que ações fossem desencadeadas concomitantemente em várias áreas: recuperação e manutenção dos prédios escolares, recuperação da qualidade da merenda, provimento de equipamentos, valorização salarial, investimento na formação dos educadores, incentivo à elaboração de projetos próprios pelas escolas, desenvolvimento de reorientação curricular, passagem do Programa de Educação de Jovens e Adultos para a Secretaria Municipal de Educação, reorientação do trabalho com adultos, criação do MOVA (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos), reabilitação dos Conselhos de Escola e do Regimento Comum das Escolas de 1985.

Estas ações iniciais traduziram as quatro diretrizes fundamentais de nosso trabalho:

- **democratização do acesso à escola;**
- **democratização da gestão;**
- **nova qualidade de ensino;**
- **educação de jovens e adultos.**

As consultas feitas aos educadores e aos educandos, as reflexões desenvolvidas, privilegiadamente nos grupos de formação, foram confundidas muitas vezes com falta de orientação e perspectiva. Na verdade, ouvir os educadores e considerar sua experiência era e é para nós condição para qualquer trabalho. A dialogicidade das relações no processo de construção do conhecimento não é válida somente para a relação professor/aluno, porque pacotes pedagógicos - tradição em nosso país - não permitem a transformação do trabalho que cada educador, ao fechar a porta, da sala de aula, realiza cotidianamente com seus alunos.

Ao mesmo tempo, muitos foram os questionamentos em relação à participação dos pais e alunos através dos Conselhos de Escola, tais como: *"Como um pai, semi-analfabeto pode interferir nos rumos da escola se ele não conhece educação?"* ou então: *"A comunidade não quer participar, nós convidamos e eles não vem"*.

Mas o processo levou a um amadurecimento significativo das relações e das concepções e o balanço é muito positivo se observarmos o conjunto da rede de ensino e da Educação Municipal.

Tem sido possível aumentar a democratização do acesso através da construção de 65 escolas novas, da reforma de 178 escolas (24 escolas estão sendo construídas e 37 estão sendo reformadas) e da criação de 145.000 novas vagas nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental e de Educação Infantil e 312.000 novos atendimentos nos Cursos Supletivos e no MOVA.

Hoje há uma ação sistemática de manutenção das escolas, a maioria foi equipada com materiais, TVs, video-cassetes, aparelhos de som e 800.000 livros para as salas de leituras. Ao mesmo tempo as escolas tiveram sua verba de 1º escalão (para situações emergenciais) significativamente aumentada, o que contribuiu para o crescimento da autonomia das escolas.

Foram realizados concursos públicos que permitiram a efetivação de milhares de funcionários necessários ao bom desenvolvimento da atividade educacional.

No plano pedagógico tem se buscado uma reflexão permanente quanto aos fundamentos teóricos e quanto à prática dos educadores; conhecimento implica transformação. Por isso, os grupos de formação foram marcados pelo método da relação ação-reflexão-ação, buscaram garantir como proposta de trabalho a discussão da prática dos profissionais e a identificação de pressupostos teóricos subjacentes a essa prática de modo a permitir a transformação do trabalho na sala de

O processo de elaboração, negociação e votação do Estatuto do Magistério foi uma lição de democracia, porque combinou, de maneira exemplar, consulta, debate de idéias, pressão dos setores interessados, e negociação política, procedimentos esses necessários para a votação de uma Lei dessa complexidade

interessados, e negociação política, procedimentos esses necessários para a votação de uma Lei dessa complexidade.

Todas as iniciativas nessa direção não seriam completamente conseqüentes sem que fossem consolidadas as ações pedagógicas no novo Regimento Comum das Escolas Municipais.

A concepção de Educação em curso compreende o currículo como o complexo de ações voltadas para a consecução de objetivos educacionais. Tal concepção implica uma visão historicizada de mundo, homem, sociedade e portanto do processo de desenvolvimento do trabalho.

Trabalhar a relação ensino/aprendizagem desta forma sugere, como conseqüência, mudanças nos procedimentos relativos a avaliação dos alunos e organização escolar, que necessitam de maior flexibilidade, democracia e autonomia.

Assim, o Regimento prevê a estruturação da escola em ciclos combinados com uma nova perspectiva de avaliação. Pretende-se, de acordo com essa nova estrutura, estabelecer continuidade e articulação no desenvolvimento dos conteúdos e nas avaliações, respeitando para isso o processo do aluno e sua experiência social e cultural. A avaliação do educando deverá se desenvolver em função do que ele produziu e do que lhe falta atingir e não do ritual de devolução mecânica de conteúdos pré-estabelecidos, o que na maior parte das vezes, não significa propriamente aprendizagem.

As práticas pedagógicas, a avaliação e as rupturas anuais, estabelecidas tradicionalmente pelo sistema de seriação, têm contribuído significativamente para o chamado "fracasso escolar", atestados pelos altos índices de evasão e repetência em nosso país.

Por isso, são improcedentes as críticas que entendem o Regimento apenas como "instrumento de aprovação dos alunos". A esse respeito é oportuno lembrar que antes do Regimento o percentual de retenção passou de 22,6% em 1988 para 12,3% em 1991.

Nada disso seria possível sem um grande investimento na democratização da gestão da educação. A grande maioria dos Conselhos de Escola discutem hoje o Plano Escolar, as escolas enviam

este Plano ao respectivo Núcleo de Ação Educativa (NAE) que deve elaborar o Plano Regional e o submeter ao Conselho Regional dos Conselhos de Escolas (CRECE). Os NAEs devem remeter seus Planos aos órgãos centrais da Secretaria Muni-

prática de modo a permitir a transformação do trabalho na sala de aula.

Tal processo desenvolveu-se a partir dos grupos de formação, de seminários, palestras, oficinas e cursos e sua orientação definida em parceria com as Universidades; também foi desencadeado o processo de reconstrução do currículo a partir de uma abordagem interdisciplinar, hoje temos 168 escolas de Ensino Fundamental que optaram por esse projeto.

Mas, o desenvolvimento dessas ações teve como uma de suas limitações a jornada de trabalho dos professores porque há necessidade de um tempo previsto, na escola, para que coletivamente os educadores planejem suas atividades e possam acompanhá-las sistematicamente.

Por esta razão, o Estatuto do Magistério era imprescindível. Ao instituir a Jornada de Tempo Integral para efetivos e estáveis em regência de classe ele cria as condições para que o trabalho coletivo se desenvolva no interior da escola; afinal, não é suficiente que a formação seja garantida no plano individual. É preciso que os professores de cada área e entre as várias áreas possam planejar e avaliar juntos suas atividades em cada escola, tendo a cooperação como uma referência central.

Além disso, a evolução funcional, o estabelecimento da garantia de um piso salarial profissional e da proteção dos salários pela instituição de data-base de negociação, a carreira aberta, a carreira em Y, a criação dos cargos de professores adjuntos, além de assegurarem valorização profissional, contribuirão, sem dúvida, para o aprofundamento da histórica - e cada vez maior - qualidade da Educação Municipal.

O processo de elaboração, negociação e votação do Estatuto do Magistério foi uma lição de democracia, porque combinou, de maneira exemplar, consulta, debate de idéias, pressão dos setores

ter seus Planos aos órgãos centrais da Secretaria Municipal que elabora o Orçamento Programa do ano seguinte. Nos Planos estão estabelecidas prioridades, de tal sorte que possam ser adequadas aos limites orçamentários.

Neste processo, a autonomia da escola tem se construído, as unidades de ensino deixam de ser meros desaguiadouros das políticas centrais, o orçamento e o planejamento deixam de ser assuntos apenas de técnicos e especialistas e se explicitam, progressivamente, as prioridades, as necessidades de recursos, as dificuldades, os interesses de vários grupos sociais e as limitações do município enquanto esfera de poder, sendo por isso um excelente instrumento de construção e afirmação da cidadania.

Estamos certos de que esse processo não esteve isento de equívocos, mas acreditamos que eles não podem ser tomados isoladamente pois se situam nos marcos de uma política que busca a valorização da educação pública.

Tal processo jamais seria desenvolvido sem a parceria e a contribuição de cada um dos educadores que se empenhou muito para que a cidade tenha orgulho de sua educação municipal.

Esta experiência vivida por nós - educadores, pais, alunos, funcionários e governo - tem demonstrado algo fundamental ao País: a Educação Pública de Qualidade é possível!

Fraternalmente,

LUIZA ERUNDINA DE SOUSA
Prefeita do Município de São Paulo

PAULO REGLUS NEVES FREIRE
Secretário Municipal de Educação
(1989-1991)

MARIO SERGIO CORTELLA
Secretário Municipal de Educação
(1991-1992)